
A comunicação organizacional e a memória das universidades comunitárias: o cinquentenário da Universidade de Caxias do Sul¹

Eduardo de Carvalho BORBA²
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RESUMO

O presente artigo reflete sobre a ação intitulada Minha História Com a UCS, desenvolvida pela Universidade de Caxias do Sul no cinquentenário da instituição, celebrado de 2016 e 2018. Tal reflexão ocorre sob a ótica dos conceitos de comunicação organizacional (KUNSCH, 2016); TORQUATO (2009), de memória institucional (COSTA, 1997), de memória social (FENTRESS E WICKHAM, 1992) e de universidade comunitária (VANUCCHI, 2004); (SCHMIDT, 2009). A análise também dialoga com o contexto dos 30 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, quando houve, por meio do artigo 213, o primeiro reconhecimento formal da existência dos estabelecimentos comunitários de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Organizacional; Universidades Comunitárias; Memória Social; Memória Institucional; Universidade de Caxias do Sul.

INTRODUÇÃO

O ano de 2018 tem um significado especial para o segmento das universidades comunitárias. Ele representa o 30º aniversário da promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual, pela primeira vez, houve o reconhecimento das instituições de ensino comunitárias, confessionais ou filantrópicas e a possibilidade de serem destinatárias de recursos públicos, desde que comprovando sua finalidade não lucrativa e a aplicação dos excedentes financeiros em educação.

É nesse contexto que uma das principais Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) do Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul (UCS), concluiu a celebração dos seus primeiros 50 anos de fundação. Para celebrá-los, foram preparadas diversas iniciativas, em uma programação que perdurou de dezembro de 2016 a fevereiro de 2018, destacando iniciativas no campo da comunicação, a exemplo do lançamento de um documentário, de encontros com funcionários, de uma mostra

¹ Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS. Especialista em Comunicação com o Mercado (ESPM-RS) Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo (PUCRS) e-mail:ecborba76@gmail.com

fotográfica, de um site temático e, em especial, da ação Minha História com a UCS³, foco do presente trabalho. É sobre essa ação de comunicação que discorreremos a partir da confluência entre Comunicação Organizacional, Memória Institucional, Memória Social e Universidades Comunitárias. Acreditamos, com base em levantamento bibliográfico, que exista um espaço significativo para essa discussão frente à exploração ainda incipiente desses quatro elementos de forma conjunta.

Para esse estudo, nos valeremos de referenciais teóricos no campo da comunicação organizacional (KUNSCH, 2016; TORQUATO; 2009), da memória social (FENTRESS; WICKHAM, 1992; HALBWACHS, 2006), da memória institucional (COSTA, 1997), além das universidades comunitárias (VANUCCHI, 2004; SCHMIDT, 2009), entre outros autores nessas áreas.

COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Uma organização envolve o estabelecimento de relações, que são viabilizadas por meio de diferentes formas de comunicação. Toda interação supõe por definição uma possibilidade de comunicação, isto é, um conjunto de disposições verbais que se encarregam de exprimir, traduzir, registrar, em uma palavra, de dizer o que uns desejam comunicar aos outros durante uma relação (CHANLAT, 1993, p. 37). A organização constitui-se em uma fonte de identidade e de reconhecimento para seus membros (FREITAS, 2000, p.66), de forma similar a uma cultura nacional, que busca unificá-los numa identidade cultural (HALL, 2006, p. 59), gerando proximidade e sentimento de pertencimento (NASSAR, 2008, p. 114), assim como estabelecendo relações duradouras com vários segmentos da sociedade.

Em organizações com os mais distintos fins, seja produção de bens, serviços ou centradas na construção e desenvolvimento do conhecimento, como o ambiente universitário, iniciativas voltadas à memória institucional podem contribuir para ampliar a identificação com a organização.

A comunicação organizacional, uma das propostas que adotamos, tem suas raízes nos campos da administração; da sociologia e da psicologia social e organizacional; da antropologia; da linguística e da retórica; e da teoria da comunicação,

³ Programação e histórico do cinquentenário da UCS estão disponíveis em <<https://www.ucs.br/site/ucs-50-anos/>> Acesso em 29 junho 2018.

como apresenta Kunsch (2009, p. 64). Os estudos na área começaram a ser realizados por pesquisadores norte-americanos no final dos anos 1940, sob um olhar humanista, na qual psicólogos sociais e organizacionais posicionavam-se a favor da comunicação como um elemento central nas empresas e indústrias.

No Brasil, a comunicação organizacional emerge no contexto de regulamentação da profissão de relações públicas, no final da década de 1960, época em que o país passava por uma expansão da indústria⁴, especialmente na região Sudeste. Torquato (2009, p. 8) apresenta elementos que serviram de alicerces para a comunicação organizacional, como o despertar das empresas para um processo profissional de interlocução com seus públicos, incluindo a percepção de que o ato de compra por um consumidor não se resumia mais à simples aquisição do produto, mas continha em si o conceito, a identidade, o renome, a fama da empresa; que a honestidade do empreendimento tornava-se um valor que ia além da qualidade do item ou serviço oferecido; e, na esfera interna, “as organizações se preocupavam em convencer os empregados de que deveriam se orgulhar do lugar em que trabalhavam” (TORQUATO, 2009, p. 8).

Desde então, houve um avanço significativo nesse campo, desde a formação de novos profissionais nos bancos universitários, passando pela multiplicação das abordagens via pesquisas científicas na área e a assimilação do conceito pelo mercado.

No presente trabalho, a definição de comunicação organizacional pela qual nos pautamos é a desenvolvida por Kunsch (2016, p. 44-45), para a qual

A comunicação organizacional deve ser entendida de forma ampla e holística. Pode-se dizer que é uma disciplina que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações e todo seu contexto político, econômico e social. Como fenômeno inerente à natureza das organizações e aos agrupamentos de pessoas que a integram, a comunicação organizacional envolve os processos comunicativos e todos os seus elementos constitutivos. Nesse contexto, faz-se necessário ver a comunicação inserida nos processos simbólicos e com foco nos significados dos agentes envolvidos, dos relacionamentos interpessoais e grupais, valorizando as práticas comunicativas cotidianas e as interações nas suas mais diversas formas de manifestação e construção social.

⁴ Mendonça (1995) relata “a galopante expansão da indústria brasileira” nesse período, especialmente entre os anos de 1968 e 1974, fruto do arrocho salarial, que garantiu o chamado “milagre econômico” (grifos da autora). O país atingiu recordes de crescimento, mas também assumiu grandes dívidas internacionais.

Compreendemos, a partir da exposição de Kunsch (2016), o viés amplo do conceito de comunicação organizacional, o qual valoriza todos os processos comunicativos relacionados às pessoas que constituem uma organização, o que emana dessas relações, a necessidade de um olhar acurado para esse fenômeno, extrapolando ato operacional do fazer comunicação por meio de canais e estratégias, alcançando um nível mais complexo de interações interpessoais e grupais.

MEMÓRIA E COMUNICAÇÃO

A interlocução entre memória institucional e comunicação organizacional tem se configurado em um objeto permanente de estudos nas últimas décadas. Esse movimento, que repercute por meio de teses, dissertações, livros e anais de congressos, encontros e seminários e comunicação, procura desenvolver pesquisas a fim de interpretar as motivações das organizações em investir nesse tema e compreender as práticas de memória.

Precursor no meio acadêmico da conexão entre comunicação, história e memória no ambiente das organizações, Paulo Nassar, em capítulo assinado com Rodrigo Cogo, destaca que

No âmbito organizacional, a memória que consolida a cultura organizacional é generalista e relacionada diretamente ao ideário – principalmente aos seus valores – de uma empresa ou instituição. Por isso, constitui-se em uma referência discursiva, indutiva e orientadora sobre a organização para os integrantes da organização e para a sociedade (NASSAR; COGO, 2013, p. 89).

Portanto, em nossa compreensão, trabalhos de recuperação e promoção da memória se coadunam com o processo de construção e disputa de sentidos no âmbito das relações organizacionais.

Ao tratarmos de memória institucional, adotamos a abordagem desenvolvida pela pesquisadora Icléia Costa, cujo propósito foi oferecer as bases para o melhor entendimento desse conceito. Para Costa (1997, p. 32),

O conceito de memória institucional busca identificar os elementos conceituais que atuam no processo de institucionalização das relações sociais. Isto porque, para compreendermos as relações entre memória e instituição é necessária uma articulação com a noção de

sociedade/socialização, vista aqui como um processo que indica o conjunto das experiências que formam/conformam a identidade política e social dos indivíduos, bem como a imagem que têm de si mesmos e do outro, em suas relações com as instituições existentes na sociedade. As relações entre indivíduos e instituições são de fundamental importância para o processo de formação/aprendizagem social e política que conduz as ações de cidadania.

Depreende-se das palavras da autora, museóloga de formação, que o entendimento de instituição pressupõe coletividade, identidade e socialização. Para ela, a instituição acontece como resultado de demandas sociais variadas, assim como são variados os diferentes tipos de instituição. O pensamento é reforçado quando ela menciona que “jamais haveria instituição como fenômeno individual, pois é da natureza da instituição ser coletiva” (COSTA, 1997, p. 33). A reflexão é complementada quando Costa sustenta que nós somos e fazemos as instituições, sendo a memória um reflexo da trajetória que estabelecemos ao longo de um tempo.

Embora existam outras definições possíveis, como memória empresarial⁵, conforme Worcman (2004) e memória organizacional⁶, segundo Costa (1997), optamos pelo conceito memória institucional, por o compreendermos como mais alinhado à proposta deste estudo. As universidades comunitárias são consideradas, neste trabalho, como instituições, de acordo com a perspectiva de Srour (2012), para o qual o termo instituição é aplicado em três circunstâncias que podem ou não serem cumulativas. Primeiro, pressupõe grupamentos sociais que gozam de estabilidade estrutural (como a Escola, ou uma rede de ensino); em segundo lugar, unidades sociais que construíram seu prestígio no decorrer dos anos (Cruz Vermelha, Organização das Nações Unidas ou Universidades); e, como terceiro elemento, um complexo sagrado de normas, responsáveis pela perpetuação da sociedade (institutos do casamento, da propriedade privada ou da negociação coletiva), distinguindo dos dois primeiros, vinculados às organizações.

Adotamos, no presente estudo, o tratamento de instituição para as universidades, pela condição de respeitabilidade e função social consolidada ao longo dos séculos, e as trataremos como organizações, pela perspectiva da comunicação organizacional, visto

⁵ De acordo com Worcman (2004, p. 23), memória empresarial é, sobretudo, o uso que uma empresa faz de sua História. E dependerá da forma de perceber e valorizar sua própria história que as empresas podem aproveitar (ou perder) a oportunidade de utilizar essa ferramenta fundamental para adicionar mais valor à sua atividade.

⁶ Para Costa (1997) a memória organizacional está direcionada à informação-memória, ficando condicionada a valorizar sobretudo a eficiência.

que, no olhar de Baldissera (2010, p. 72) constituem sistemas vivos, formadas por relações e lugares de encontros que potencializam as competências e habilidades individuais, nas quais há exercício de forças, de sujeitos em disputa, de atualização de estratégias por meio de processos comunicacionais. Podemos, também, interpretar a memória institucional como uma narrativa individual, social ou organizacional estruturada a partir de memórias individuais, sociais ou organizacionais (NASSAR, 2008, p. 111).

Uma perspectiva capaz de aproximar da interpretação, na comunicação, do que é convencionalizado como memória institucional, pode ser encontrada em Fentress e Wickham (1994, p. 7), quando estes tratam de memória social, com o propósito de “contrapor o seu objeto ao da memória dos indivíduos”. Como estamos ligados numa sociedade que tem elementos e experiências comuns, a partilha das vivências é algo natural.

As recordações que partilhamos com os outros são aquelas que são relevantes para eles, no contexto de um grupo social de determinado tipo, quer seja estruturado e duradouro (uma família; a força de trabalho de uma fábrica, uma aldeia) ou informal e possivelmente temporário (um grupo de amigos que frequenta o mesmo bar; um grupo que organiza jantares). [...] As nossas recordações pessoais e até o processo cognitivo de recordar contêm na origem muito de social. (FENTRESS; WICKHAM, 1994, p. 8)

Para que a memória individual se torne social, como podemos entender, é necessário que se fale sobre ela, defendem os autores, para os quais “a memória é um fato social” (FENTRESS; WICKHAM, 1994, p. 20).

UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS

Nossa opção de estudo está focada nas universidades comunitárias, que constituem um modelo próprio de educação superior brasileira, conforme Schmidt (2009, p. 28). “Surgem a partir da década de 1950, fruto da mobilização das comunidades regionais, decididas a suprir a carência de educação de nível superior em face da incapacidade do Estado de prover tal serviço” (SCHMIDT, 2009, p. 28).

Entre as décadas de 1950 e o final dos anos 1970, houve uma grande expansão das universidades e das instituições de ensino superior isoladas, a partir da Reforma Universitária, presente na Lei nº 5.540/68. Isso ocorreu devido à ampliação da demanda

pelo ensino superior para a qual os estabelecimentos públicos não se mostravam suficientes.

[...] o governo passou a estimular a o crescimento da oferta privada. Com o aval do CFE, o ensino superior no país sofreu, ao longo dos anos 1970, um incrível processo de massificação, através da multiplicação de instituições isoladas de ensino superior, criadas pela iniciativa privada (MENDONÇA, 2000, p. 148)

Nessa época, as universidades brasileiras, fundadas pelo Governo Federal, estavam todas localizadas não só em capitais mas, também, por motivos históricos e geográficos, entre outros, no litoral (Barichello, 2001, p. 52). Cidades do interior, especialmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina passaram a criar seus próprios cursos superiores que, com o decorrer dos anos – e após a Reforma Universitária de 1968 – constituíram novas universidades.

O debate acerca das universidades comunitárias teve início na primeira metade dos anos 1980, especialmente com a finalidade de diferenciar esses estabelecimentos de ensino superior de outros privados, orientados por critérios predominantemente lucrativos. De acordo com Guareschi (2012, p. 31), a Reforma de 1968 motivou uma discussão ampla sobre o modelo de organização universitária brasileira. “No Sul do Brasil, professores, dirigentes de universidades e de IES, situadas no interior, passaram a debruçar-se sobre essa definição conceitual: a universidade comunitária, o que é” (GUARESCHI, 2012, p. 31).

No ano de 1985, um evento realizado na Universidade de Caxias do Sul (UCS) reuniu reitores de universidades gaúchas e catarinenses para debater o tema e apresentar um consenso a respeito. Gestores da UCS, Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e Fundação Educacional de Blumenau formalizaram, ao final desse encontro, um documento sobre o modelo de organização comunitária.

Após mobilização, houve o reconhecimento na Constituição Federal de 1988, por meio do artigo nº 213. Na Carta Magna, consta que recursos públicos podem ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, incluindo atividades universitárias de pesquisa e extensão. Para acessar esse direito, precisariam comprovar finalidade não lucrativa e aplicar seus excedentes financeiros em educação, além de

assegurarem a destinação do patrimônio a outra escola comunitária ou ao poder público no caso de encerramento das atividades.

Mesmo com o artigo na Constituição, esses estabelecimentos de ensino superior careciam de um marco legal. No ano de 2013, porém, esse cenário foi alterado a partir da aprovação, no Congresso Nacional, da Lei 12.881, sancionada em novembro pela presidente Dilma Rousseff. Esta lei trouxe a definição e as finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES, confirmando seu caráter de instituições não lucrativas, pertencentes à sociedade civil, e sua forma de organização em associações ou fundações (BRASIL, 2013).

De acordo com o site institucional da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias, que representa 68 ICES, a definição desses estabelecimentos é o seguinte:

Tratam-se de instituições sem fins lucrativos, que desenvolvem ações essencialmente educacionais, como ensino, pesquisa e extensão, com notória excelência em suas atividades – elas encontram-se bem colocadas e avaliadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES – e apresentam conceitos de 3 a 5 no Índice Geral de Cursos – IGC. A esse cenário, soma-se ainda forte vocação social, com expressiva presença de profissionais altamente qualificados na área de saúde.

A Universidade de Caxias do Sul – UCS, objeto de nosso estudo, enquadra-se no perfil de ICES. O decreto presidencial nº 60.200, de 10 de fevereiro de 1967, instituiu a Universidade que, na concepção dos seus idealizadores – Prefeitura Municipal, Mitra Diocesana de Caxias do Sul e Sociedade Hospitalar Nossa Senhora de Fátima – deveria ter um caráter regional, como descreve Zorzi (2009, p. 244).

OS 50 ANOS DA UNIVERSIDADE DO CAXIAS DO SUL

O caráter comunitário da UCS está presente desde a idealização da instituição, como recupera Xerri (2012, p. 158), ao descrever os membros do Conselho Pró-Faculdades de Caxias do Sul, em 1956. O quadro era composto de 20 pessoas, com representantes da Igreja Católica, profissionais liberais, industriais, professores, um funcionário público e um estudante.

Atualmente, a UCS apresenta-se como uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), com atuação direta na região nordeste do estado do Rio

Grande do Sul. Tem como mantenedora a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entidade jurídica de Direito Privado. Desde a criação até 2017, foram formadas mais de 100.000 pessoas⁷, na cidade e Caxias do Sul, onde está seu Campus-sede, e nas demais unidades universitárias localizadas nas cidades de Bento Gonçalves, Vacaria, Canela, Farroupilha, Guaporé, Nova Prata e São Sebastião do Caí. A universidade é afiliada ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas – COMUNG; à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC; e ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB.

No mês de dezembro ano de 2016, tiveram início as atividades comemorativas aos 50 anos de fundação da UCS. Um hotsite comemorativo foi criado para divulgar o calendário das celebrações e difundir informações sobre eventos; notícias; uma linha do tempo composta por imagens de realizações e conquistas; uma área multimídia, com mostra fotográfica, vídeos, documentário radiofônico e publicações; e o foco de nossa pesquisa: a ação *Minha História com a UCS*. O trabalho foi organizado pela Comissão dos Festejos⁸ dos 50 anos da UCS, composta por 13 pessoas.

A ação intitulada *Minha História na UCS - Compartilhe sua história e celebre conosco os 50 anos da Universidade*, foi lançada em 15 de março de 2017, dentro do hotsite comemorativo, com amplo espaço na capa. De acordo com a gestão do site da Universidade, houve divulgação no site da UCS, nas mídias sociais institucionais, na imprensa, na revista institucional da universidade (Revista UCS), além do próprio hotsite. Em matéria publicada na edição especial da Revista UCS, nº 26, com capa de fevereiro e março de 2018, a página 14 destaca o seguinte texto:

A história da UCS é a história das pessoas. Sobre este princípio, a Universidade de Caxias do Sul criou o ambiente virtual ‘Minha História com a UCS’ (www.ucs.br/ucs-50-anos/minhahistoria/), destinado a narrativas pessoais envolvendo a comunidade regional no resgate e na construção do registro histórico da instituição. A iniciativa permitiu que o cinquentenário da UCS fosse contado também a partir da vida, do trabalho, dos significados e das conquistas de pessoas que cresceram com a Universidade – e que a ajudaram a crescer. E, ao promover o compartilhamento de experiências, celebrar conjuntamente a trajetória de cinco décadas da UCS, das pessoas e da comunidade regional.

⁷ Informação disponível em < <https://www.ucs.br/site/institucional/> > Acesso em 01 julho 2018;

⁸ A composição da Comissão está disponível em < <https://www.ucs.br/site/ucs-50-anos/comissao/> > Acesso em 01 julho 2018.

Ainda nesta página, é informado que os conteúdos do hotsite compõem o registro online permanente das atividades do cinquentenário. Sobre a ação Minha História na UCS, os interessados em oferecer seus depoimentos e fotos pessoais necessitavam preencher um formulário disponível no hotsite dos 50 anos.

De acordo com a gestora do site da UCS, Indiara Vanin, o conteúdo dos depoimentos passava por moderação, com revisão ortográfica, quando necessário, e ajuste das fotografias, para adequá-las ao formato e qualidade para publicação no site. Os textos, porém, não passavam por edição, nem as fotos por tratamento. Quanto ao perfil dos depoentes, conforme a gestora do site, não havia distinção se as pessoas mantinham ou não algum vínculo com a UCS. A iniciativa estava aberta a todos que desejassem se manifestar, fosse da comunidade acadêmica ou externa.

Ao todo, foram publicados os depoimentos de 46 pessoas. Destes, 18 são ex-alunos; 8 ex-funcionários; 7 alunos; 6 técnicos; 5 professores; e 2 não houve como identificar a relação com a instituição com base no texto publicado. Consultada sobre como avaliava o resultado, a gestora Indiara Vanin considera que a atividade foi gratificante para os organizadores, por representar o cinquentenário da UCS contado a partir da vida, do trabalho, dos significados e das conquistas de gente que cresceu e ajudou a Universidade a crescer, fazendo da instituição e da região o que são hoje.

MINHA HISTÓRIA NA UCS – UM OLHAR

Com base nas informações sobre a ação Minha História na UCS, nos propomos a analisá-la a partir de três pontos de vista: da comunicação organizacional, das memórias institucional e social e do conceito de universidade comunitária. A iniciativa de abrir à comunidade a possibilidade de escuta, manifestação e consequente publicação sobre a vivência na e com a UCS, nos apresenta a proposta de valorização do lugar antropológico (AUGÉ, 1994), com a manifestação, pela comunidade, dos percursos que nele se efetuaram e discursos ali pronunciados. Apesar de vivermos numa sociedade marcada pelo uso intensivo das tecnologias, pela aceleração permanente e pela globalização, a UCS fez um convite às pessoas rememorem experiências no seu ambiente, a universidade, no lugar onde estudaram e/ou trabalharam. Na visão de Santos (2008, p. 37), é pelo lugar que revemos o Mundo e ajustamos nossa

interpretação, pois, nele, o recôndito, o permanente, o real triunfam, mesmo num contexto de situações passageiras.

Embora não tenhamos a informação de que a UCS pauta suas ações pela ótica da comunicação organizacional, é possível constatar a abertura à experiência de escuta e respeito à manifestação dos indivíduos. Esse é um dos pressupostos das práticas de comunicação organizacional. “Quando se introduz a comunicação na esfera das organizações, o fator humano, subjetivo, relacional e contextual constitui um pilar fundamental para qualquer ação comunicativa produtiva duradoura” (KUNSCH, 2016, p. 47).

A partir do ponto de vista de Kunsch (2016, p. 45), sob a ótica da comunicação organizacional, a área da comunicação precisa levar em conta a questão humana e agregar valor às organizações, ajudando-as a valorizar as pessoas e a cumprir sua missão, contribuindo na fixação pública dos seus valores e nas ações para atingir seu ideário no contexto de uma visão de mundo. A ação Minha História na UCS contempla elementos que estão presentes nos princípios⁹ da universidade, estabelecendo uma coerência entre discurso e prática. Ao manifestar publicamente, conforme veiculado na revista institucional, que a iniciativa visa “promover o compartilhamento de experiências, celebrar conjuntamente a trajetória de cinco décadas da UCS, das pessoas e da comunidade regional” (UCS, 2018), a instituição desperta nas pessoas a crença de participação na sua construção histórica e, de certa forma, assume um compromisso de contemplar as subjetividades de seus alunos, atuais e diplomados, e funcionários por meio dos depoimentos no site comemorativo. Não podemos afirmar, com isso, que são observadas as quatro dimensões práticas da comunicação organizacional apresentadas por Kunsch (2016) – instrumental, humana, cultural e estratégica –, mas vemos um respeito à ideia de construção de um discurso de memória por diferentes vozes, não apenas restrito à versão oficial/institucional, embora o conteúdo sofra mediação, com mencionamos acima.

O segundo ponto a analisarmos trata da memória institucional. Pelo olhar da comunicação, Nassar (2008) destaca a importância de entendermos que essa construção é alicerçada naquilo que foi (ou é) relevante para cada indivíduo, ou grupo ou organização, sendo memória o que resulta dessa coleta. Percebemos, por essa

⁹ Os princípios da UCS está disponíveis em < <https://www.ucs.br/site/institucional/missao-e-principios/> > Acesso em 01 julho 2018.

interpretação, que o autor abre um espectro maior sobre a formação de memória institucional, no qual a narrativa individual é vista, também, como um elemento-chave na construção da memória institucional, sem negligenciar as diversas possibilidades existentes. Essa perspectiva, ao nosso ver, também alinha-se à ação da UCS, pois como consta no hotsite, todos, pessoas e organizações, são convidados a compartilhar suas histórias e experiências envolvendo a Universidade.

Se a memória é um fato social (FENTRESS; WICKHAM, 1994), não há como negarmos sua natureza coletiva. A leitura de que o meio em que vivemos tem impacto direto sobre as nossas lembranças encontra em Maurice Halbwachs o principal autor. Para o sociólogo francês, criador da categoria intitulada memória coletiva, nossas lembranças permanecem coletivas e são lembradas por outros, a partir dos mais distintos estímulos. Isso acontece porque jamais estamos sós (HALBWACHS, 2008). No meio organizacional, e neste caso as universidades, isso faz sentido, pois se trata de um ambiente de convívio coletivo, onde a experiência passada recordada e as imagens compartilhadas do passado histórico têm grande importância para a constituição de grupos sociais no presente (FENTRESS; WICKHAM, 1994).

Fentress e Wickham (1994, p.8) acreditam que as nossas recordações pessoais e até o processo cognitivo de recordar contêm na origem muito de social. Ação de incentivo ao compartilhamento da memória acadêmica e comunitária, a partir do pretexto da data do cinquentenário da UCS, corrobora esse pensamento.

No entendimento de Le Goff (1996, p. 476), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”. Este autor apresenta outro tópico, sobre o qual não nos aprofundaremos nesta oportunidade, mas que consideramos importante salientar: a relação entre memória e identidade. Se não houvesse uma identificação, uma sensação de pertencimento à universidade enquanto organização por parte de cada personagem que estampa o hotsite Minha História na UCS, o resultado certamente não seria de adesão à proposta feita pela universidade.

O terceiro ponto do qual partimos para a presente análise alinha-se às interpretações sobre as características da universidade comunitária. Para o educador Aldo Vanucchi, um fator que distingue “uma verdadeira comunidade é a presença e a força de um interesse comum, um causa agregadora, que gera adesão e coesão das pessoas em torno de determinados valores ou normas” (2004, p.20). O autor destaca,

sob a perspectiva do ensino superior, que em uma comunidade, todos são tratados como pessoas, sendo todos mestres e alunos, partilhando experiências de vida.

Para Schmidt e Campis (2009, p. 27), instituições comunitárias, dentre as quais as universidades, pressupõem relações e interesses largamente partilhados, prosperando em ambientes em que, mesmo com conflitos e rivalidades, o senso de confiança e reciprocidade predomina e é catalisado por lideranças agregadoras e inovadoras.

Especialmente a respeito da Universidade de Caxias do Sul, Xerri (2012, p. 227) destaca que “a presença de setores da comunidade foi e é constante nas relações da UCS, seja na criação de cursos isolados nas décadas de 1940/50/60, seja na fundação da universidade”. Como atores importantes na formação dessa instituição, igreja, entidades privadas, poder público e outras representações da sociedade caxiense e dos municípios que congregam as ações da UCS se manifestam na universidade.

Com base nessas premissas, percebemos, novamente, a coerência entre a proposta de abertura às contribuições da comunidade com a ação Minha História na UCS – e a consequente publicação das manifestações particulares – e as características atribuídas às universidades comunitárias.

CONCLUSÃO

No presente trabalho, dedicamo-nos a analisar, de forma breve, a ação Minha História na UCS, que integrou o escopo das comemorações do cinquentenário da Universidade. O exercício de relacionar a comunicação organizacional, a memória – institucional e social – e as universidades comunitárias nos mostra um horizonte de possibilidades, especialmente num recorte a partir dos anos 1980.

Na comunicação organizacional, os estudos passaram a se estruturar com viés crítico e interpretativo, deixando aos poucos o caráter instrumental e funcionalista. As práticas no ambiente de algumas organizações começaram a repercutir a valorização das interações entre as pessoas, a cultura, o estreitamento das relações. A memória – no contexto empresarial e institucional – desperta e evolui como interesse no meio corporativo, especialmente na retomada do período democrático no Brasil, após a ditadura militar entre os anos de 1964 e 1985. Ainda a partir da década de 1980, houve a mobilização das instituições de ensino superior privadas sem fins lucrativos pela

conquista do reconhecimento como universidades comunitárias, habilitando-as a receber verbas estatais pelos serviços de natureza pública que prestavam.

Sobre a ação Minha História na UCS acreditamos, a partir da ressalva de Kunsch (2009), que as organizações não devem iludir-se que seus atos comunicativos causam reações positivas no público, com aceitação e retorno conforme a intensão inicial. Porém, vemos que se há um histórico de relacionamento e construção de diálogo entre a organização e a comunidade, e esta percebe isso no discurso e nas ações, as chances de um retorno positivo se ampliam, como mostram as 46 adesões à iniciativa analisada.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

BALDISSERA, R. Organizações como complexus de diálogos, subjetividades e significação. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **A comunicação como fator de humanização nas organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2010, p. 61-75.

BARICHELLO, E. M. R. **Comunicação e comunidade do saber**. Santa Maria: Palotti, 2001.

BRASIL. Decreto Lei n.12.881/13 de 12 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/112112710/lei-12881-13>>. Acesso em: 13 out. 2016.

CHANLAT, J.F. Por uma antropologia da condição humana nas organizações. In: TORRES, Ofélia de Lanna Sette (Org.). **O indivíduo nas organizações**: dimensões esquecidas. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 1993.

FENTRESS, J. WICKHAM, C. **Memória social**: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1994.

FREITAS, M. E. A questão do imaginário e a fronteira entre a cultura organizacional e a psicanálise. In: MOTTA, Fernando C. Prestes; FREITAS, Maria Ester (Org.). **Vida psíquica e organização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GUARESCHI, E. A. **Universidade Comunitária**: uma experiência inovadora. Passo Fundo: Berthier; Aldeia Sul, 2012.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. 4.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

KUNSCH, M. M. K. Percursos paradigmáticos e avanços epistemológicos nos estudos da comunicação organizacional. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). **Comunicação Organizacional: histórico, fundamentos e processos**. São Paulo: Saraiva, 2009. volume 1.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MENDONÇA, A.W.P.C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), São Paulo, v. 14, n.14, p. 131-150, 2000.

MENDONÇA, S. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Moderna, 1995.

NASSAR, P. **Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. 2.ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008.

NASSAR, P. COGO, R. S. Memória e narrativa organizacional como expressões da cultura organizacional: o poder do storytelling. In: MARCHIORI, Marlene (Org.) **História e memória** – São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2013

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico – científico informacional. 5 Ed. São Paulo: Ed. USP, 2008.

SCHMIDT, J. P.; CAMPIS, L. A. C. As instituições comunitárias e o novo marco jurídico do público não-estatal. In: SCHMIDT, João Pedro (Org.). **Instituições Comunitárias: instituições públicas não-estatais**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

SROUR, R. H. O lugar da organização. In: SROUR, Robert Henry. **Poder cultura e ética nas organizações**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

COSTA, I. **Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

TORQUATO, G. Da gênese do jornalismo empresarial e das relações públicas à comunicação organizacional no Brasil. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). **Comunicação Organizacional: histórico, fundamentos e processos**. São Paulo: Saraiva, 2009. volume 1.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL – Há 50 anos o conhecimento ilumina o futuro. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/ucs-50-anos/>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

VANUCCHI, A. **A universidade comunitária: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

XERRI, E. G. Da **Universidade da Serra à Universidade de Caxias do Sul/RS (1950 - 2002)**. 2012. 312. f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ZORZI, I. Universidade de Caxias do Sul: um exemplo do modelo de universidade comunitária. In: SCHMIDT, João Pedro (Org.). **Instituições Comunitárias: instituições públicas não-estatais**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.